
DIREITO

dos Valores Mobiliários

ARY OSWALDO MATTOS FILHO
Professor Sênior da FGV DIREITO SP

VOLUME 1
Dos valores mobiliários
[Tomo 2]

2015

S U M Á R I O

8. DEBÊNTURES	11
8.1 Natureza e realidade	16
8.2 Nascimento e evolução.....	17
8.3 A evolução legislativa	18
8.3.1 A Lei n. 3.150/1882 e seus decretos reguladores	18
8.3.2 O Decreto n. 177-A/1893.....	21
8.3.2.1 Quanto à defesa patrimonial do investidor.....	22
8.3.2.2 Quanto à preferência dos obrigacionistas	22
8.3.2.3 Quanto à emissão	22
8.3.3 O Decreto n. 22.431/1933	23
8.3.4 A Lei n. 4.728/1965.....	25
8.4 Valor mobiliário para subscrição pública.....	26
8.5 Os valores mobiliários de dívida são só aqueles nominados em lei?	27
8.6 A Lei n. 6.404/1976.....	31
8.6.1 Emissão e séries	31
8.6.2 Limites de emissão	35
8.6.3 Escritura de emissão.....	40
8.6.4 Valor nominal	41
8.6.5 Remuneração da debênture	43
8.6.5.1 Juros fixos.....	45
8.6.5.2 Juros variáveis	47
8.6.5.3 Prêmio de reembolso	48
8.6.5.4 Repactuação da escritura de emissão	48
8.6.5.5 Participação no lucro da companhia	53
8.6.6 As garantias da emissão	54
8.6.7 Espécies de garantias	55
8.6.7.1 Garantia real	55

8.6.7.2	<i>O penhor</i>	59
8.6.7.3	<i>A anticrese</i>	62
8.6.7.4	<i>A hipoteca</i>	64
8.6.7.5	<i>A alienação fiduciária em garantia</i>	66
8.6.7.6	<i>A emissão com garantia flutuante</i>	70
8.6.7.7	<i>A emissão sem preferência</i>	73
8.6.7.8	<i>A emissão subordinada</i>	73
8.6.8	<i>Os certificados, as cautelas e os títulos múltiplos</i>	75
8.6.9	<i>Forma, propriedade e circulação</i>	76
8.6.9.1	<i>Forma</i>	76
8.6.9.2	<i>Propriedade</i>	78
8.6.9.3	<i>Circulação</i>	80
8.6.10	<i>Amortização e remuneração</i>	83
8.6.10.1	<i>Amortização antecipada</i>	83
8.6.11	<i>Vencimento, amortização e resgate</i>	84
8.6.11.1	<i>Vencimento</i>	84
8.6.11.1.1	<i>Nas emissões por prazo indeterminado</i>	84
8.6.11.1.2	<i>Nas emissões com prazo determinado</i>	112
8.6.11.2	<i>Amortização e resgate</i>	115
8.6.11.3	<i>Extinção da debênture</i>	119
8.6.12	<i>Conversibilidade em ação</i>	120
8.6.13	<i>O agente fiduciário e o trustee</i>	124
8.6.13.1	<i>Nomeação, exercício e substituição</i>	135
8.6.13.2	<i>Os deveres do agente fiduciário</i>	138
8.6.14	<i>Requisitos, remuneração, incompatibilidades e restrições</i>	142
8.6.14.1	<i>Requisitos</i>	142
8.6.14.2	<i>Remuneração do agente fiduciário</i>	143
8.6.14.3	<i>Incompatibilidades e restrições</i>	144
8.6.15	<i>Os deveres e atribuições do agente fiduciário</i>	150
8.6.15.1	<i>A responsabilidade do agente fiduciário</i>	153
8.6.15.1.1	<i>O ato ilícito</i>	155
8.6.15.1.2	<i>O dano</i>	156
8.6.15.2	<i>A responsabilidade subjetiva e a responsabilidade objetiva</i>	156
8.6.15.3	<i>Culpa ou dolo</i>	157
8.6.15.4	<i>O ressarcimento pelo dano material ou moral</i>	159
8.6.15.5	<i>O dano na Lei Societária</i>	159
8.6.15.6	<i>O poder de representação</i>	160
8.6.15.7	<i>O entendimento da jurisprudência quanto ao poder de representação</i>	163
8.6.15.7.1	<i>O agente fiduciário é o representante dos debenturistas</i>	163

8.6.15.7.2 <i>O debenturista diretamente em juízo e a renúncia do agente fiduciário</i>	170
8.6.15.7.3 <i>O agente fiduciário, de fato, sempre existirá?</i>	180
8.6.16 <i>A assembleia de debenturistas</i>	187
8.6.16.1 <i>Convocação, quórum e realização</i>	188
8.6.16.2 <i>Quórum e deliberação</i>	189
8.6.17 <i>Emissão de debêntures no exterior</i>	193
8.6.18 <i>Registro de emissão</i>	194
8.6.19 <i>A remuneração</i>	195
8.6.20 <i>Cédula de debêntures</i>	197
9. CONTRATOS DERIVADOS	209
9.1 <i>Os derivativos e a normatização brasileira</i>	221
9.1.1 <i>Os derivativos diferenciais e os jogos de azar</i>	223
9.1.2 <i>A competência regulatória dos contratos derivados</i>	227
9.2 <i>Registro e autorização dos contratos derivados</i>	234
9.3 <i>As contestações aos contratos derivados</i>	235
9.3.1 <i>Contratos aleatórios</i>	235
9.3.2 <i>A onerosidade excessiva</i>	238
9.3.3 <i>Sujeitam-se os contratos derivados ao Código de Defesa do Consumidor?</i>	248
9.4 <i>As espécies dos contratos derivados</i>	253
9.4.1 <i>Os contratos a termo</i>	253
9.4.1.1 <i>Os contratos a termo no mercado brasileiro</i>	254
9.4.2 <i>Os contratos futuros</i>	257
9.4.2.1 <i>Os contratos com vencimento futuro no mercado brasileiro</i> ...	260
9.4.3 <i>Os contratos com opção</i>	261
9.4.3.1 <i>As opções no mercado brasileiro</i>	263
9.4.4 <i>O contrato de swap</i>	266
9.4.4.1 <i>Os swaps no mercado brasileiro</i>	267
9.4.5 <i>Contratos sintéticos</i>	273
9.4.5.1 <i>Os contratos sintéticos no mercado brasileiro</i>	279
9.4.6 <i>Outros contratos derivados</i>	281
9.4.6.1 <i>Direitos de subscrição de valores mobiliários</i>	281
9.4.6.2 <i>Recibos de subscrição de valores mobiliários</i>	282
9.4.6.3 <i>Contratos de índice</i>	295
10. TÍTULOS E CONTRATOS DE INVESTIMENTO COLETIVO	297
10.1 <i>Os condomínios</i>	306

10.1.1	<i>Os direitos e deveres dos condôminos</i>	308
10.2	<i>Os crowdfunding</i>	310
10.2.1	<i>Há investimento no crowdfunding?</i>	314
10.2.2	<i>O crowdfunding realiza uma oferta pública?</i>	315
10.2.3	<i>Como é feita a distribuição e a negociação?</i>	316
10.2.4	<i>A importância dos crowdfunding como ferramenta de capitalização</i>	317
10.3	<i>Os clubes de investimento</i>	318
10.3.1	<i>Os clubes de investimento no Brasil</i>	320
10.3.2	<i>As mudanças, o regramento vigente e a competência da CVM</i>	321
10.3.3	<i>Os clubes de investimento e a regulação da CVM</i>	322
10.3.4	<i>Características dos clubes de investimento</i>	323
10.3.4.1	<i>Cotas de participação</i>	323
10.3.4.2	<i>As bolsas de valores como agentes de registro</i>	324
10.3.4.3	<i>O estatuto do clube</i>	327
10.3.4.4	<i>As deliberações condominiais</i>	328
10.3.4.5	<i>Gestão dos clubes de investimento</i>	328
10.3.4.6	<i>A extinção do clube de investimento</i>	330
10.4	<i>Os certificados de investimento</i>	333
10.4.1	<i>Certificado de privatização</i>	333
10.4.2	<i>Certificado de depósito de valores mobiliários</i>	334
10.4.3	<i>Certificado de investimento na indústria cinematográfica</i>	336
10.4.4	<i>Certificado de recebíveis imobiliários</i>	337
10.4.5	<i>Certificado de depósito de valor mobiliário - DR (depository receipt)</i>	338
10.4.6	<i>Certificado de depósito de valor mobiliário - BDR (brazilian depository receipt)</i>	339
10.4.7	<i>Certificado de investimento a termo em energia elétrica</i>	340
10.4.8	<i>Certificado de potencial adicional de construção - Cepac</i>	341
10.5	<i>Fundos de investimento coletivo</i>	343
10.5.1	<i>São os fundos de investimento contratos derivados?</i>	344
10.5.2	<i>O regramento geral dos fundos de investimento coletivo</i>	347
10.5.3	<i>Os principais fundos de investimento</i>	357
10.5.3.1	<i>Fundo Mútuo de Investimento em Ações</i>	357
10.5.3.2	<i>Fundo de Investimento Imobiliário</i>	358
10.5.3.3	<i>Fundo Mútuo de Investimento em Empresa Emergente</i>	360
10.5.3.4	<i>Fundo Mútuo de Investimento em Ações (FMIA), Fundo Mútuo de Investimento em Ações - Carteira Livre (FMIA-CL) e Fundo Mútuo de Investimento em Cotas de Fundos Mútuos de Investimento em Ações (FIQFMIA)</i>	362

10.5.3.5 <i>Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e Fundo de Investimento em Fundos de Direitos Creditórios</i>	365
10.5.3.6 <i>Fundo de Investimento em Participações</i>	367
10.5.3.7 <i>Fundo de Investimento em Direitos Creditórios</i>	369
10.5.3.8 <i>Fundo de Índice</i>	373
10.5.3.9 <i>Fundo de Investimento Garantidor de Locação Imobiliária</i> ..	377
10.5.4 <i>Os limites da competência da CVM</i>	379
11 CONCLUSÕES	389
REFERÊNCIAS	393
ÍNDICE REMISSIVO	399